

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.198 - SP (2019/0014140-5)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **HELY PITA DO NASCIMENTO FILHO**
AGRAVANTE : **ANA LUCIA DELLA CAPIA NASCIMENTO**
ADVOGADOS : **SÉRGIO GERAB - SP102696**
 IVO ALVES DA SILVA - SP299902
AGRAVADO : **SCHAHIN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - MASSA**
 FALIDA
ADVOGADOS : **IVO ALVES DA SILVA - SP299902**
 OSANA MARIA DA ROCHA MENDONÇA - SP122930

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por HELY PITA DO NASCIMENTO FILHO e ANA LUCIA DELLA CAPIA NASCIMENTO contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

No apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, os recorrentes insurgem-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Ação indenizatória. Execução de sentença cujo trânsito em julgado ocorreu após o deferimento da recuperação judicial da executada. Art. 49 da Lei nº 11.101/2005. A interpretação das Câmaras Reservadas de Direito Empresarial é no sentido de que, ainda constituídos com o trânsito em julgado depois da recuperação, submetem-se aos seus efeitos porque o fato gerador da responsabilidade que enseja a execução é anterior. Jurisprudência. Hipótese de habilitação retardatária. Recurso improvido" (e-STJ fl. 167).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 176-178).

No especial (e-STJ fls. 181-201), os recorrentes apontam violação dos seguintes dispositivos com as respectivas teses:

(i) artigos 489, inciso II, e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015 – porque teria havido negativa de prestação jurisdicional no julgamento dos embargos de declaração;

(ii) artigo 6º, § 1º, da Lei nº 11.101/2005 - ao argumento de que, não havendo o trânsito em julgado definitivo da decisão judicial, não há falar em submissão do crédito aos efeitos da recuperação judicial;

(iii) artigo 6º, § 4º, da Lei nº 11.101/2005 - afirmando que *"o prazo de 180 dias deferido na recuperação judicial já escoou-se há muito tempo, o que permite o regular seguimento desta ação uma vez que não existe deferimento definitivo da recuperação judicial"* (e-STJ fl. 196) e

(iv) artigo 61, § 2º, da Lei nº 11.101/2005 - defendendo o direito de aguardar o deslinde da recuperação judicial para depois prosseguir com a sua execução individual.

Com as contrarrazões (e-STJ fls. 245-264), e não admitido o recurso na origem (e-STJ fls. 306-307), adveio o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

De início, quanto à suposta violação dos artigos 489, inciso II, e 1.022, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015, nas razões recursais, há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido.

Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."*

No tocante ao conteúdo normativo dos demais dispositivos legais invocados nas razões do apelo nobre, não foi debatido no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração.

Desatendido, portanto, o requisito do prequestionamento, nos termos da Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. INTERESSE DO CREDOR. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1.- O princípio da menor onerosidade ao devedor deve estar em harmonia com o interesse do credor.

2.- O prequestionamento, entendido como a necessidade de o tema objeto do recurso haver sido examinado pela decisão atacada, constitui exigência inafastável da própria previsão constitucional, ao tratar do recurso especial, impondo-se como um dos principais requisitos ao seu conhecimento. Não examinada a matéria objeto do especial pela instância a quo, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, incide o enunciado 211 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

3.- A verificação da afronta ao princípio da menor onerosidade do devedor, insculpido no artigo 620 do Código de Processo Civil, esbarra no óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

4.- Agravo Regimental improvido".

(AgRg no AREsp 158.707/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2012, DJe 05/06/2012 - grifou-se)

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Carece do necessário prequestionamento a matéria não debatida pelo Tribunal de origem, ainda que opostos embargos de declaração.

Incidência da súmula 211/STJ.

2. A alteração das conclusões do aresto impugnado, no tocante à suposta ofensa à coisa julgada e consequente pertinência do pleito rescisório, demanda o reexame das provas constantes dos autos, providência vedada em sede especial, a teor da súmula 07/STJ.

3. **AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO".**

(AgRg no Ag 1.327.008/GO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/03/2012, DJe 21/03/2012 - grifou-se)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator